



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Exercícios findos em 31 de dezembro de
2016 e 2015**

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1000 editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicadas às pequenas e médias empresas (PMEs).



Sumário

Parecer Auditoria Independente -----	03
Balanço Patrimonial -----	06
Demonstração do Resultado do Exercício -----	08
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido -----	09
Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados -----	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) -----	11
Notas explicativas -----	12



Aos

Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Informática de Municípios Associados S.A. - IMA

Campinas- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Informática de Municípios Associados - IMA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à empresa Informática de Municípios Associados, consoante os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Cabe ressaltar que cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os chamados “Principais assuntos de auditoria” são aqueles que, em nosso julgamento profissional, são os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses temas foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo, bem como na formação de nossa opinião sobre tais evidências contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses pontos.

A seguir, relatamos os principais assuntos tratados:

Durante o exercício de 2016, a empresa efetuou levantamento de crédito extemporâneo dos últimos 05 (cinco) anos, relativos aos tributos IRPJ e CSLL, resultando em uma monta de R\$ 4.881.859 contabilizados como ajuste de exercícios anteriores, impactando diretamente em seu Patrimônio Líquido.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas demais informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade consiste em ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este se encontra inconsistente com as demonstrações contábeis, com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou se, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se acaso concluirmos, com base no trabalho realizado, que há distorção significativa no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da empresa Informática de Municípios Associados – IMA em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa Informática de Municípios Associados - IMA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos desta empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Informática de Municípios Associados - IMA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Outros

Chamamos a atenção para o fato que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas por nossa firma, cujo relatório emitido em 15/02/2016 não continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 30 de janeiro de 2017.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC2SP022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)

	Nota	2016	2015
ATIVO			
CIRCULANTE		15.994.175	14.740.607
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.169.365	132.831
Contas a receber de clientes	5.1	12.508.910	11.646.445
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa	5.2	(1.853.231)	-
Adiantamentos		101.098	67.387
Estoques		54.140	81.317
Tributos a recuperar	6	2.996.811	1.362.808
Direitos de terceiros		900	1.050
Acordo IMA - PMC	7	-	1.438.092
Despesas antecipadas		16.182	10.677
NÃO CIRCULANTE		11.462.813	18.275.142
Realizável a longo prazo		831.688	6.345.897
Acordo IMA - PMC	7	-	5.512.687
Direitos de terceiros		-	208.426
Depósitos judiciais	15	747.167	624.784
Tributos a recuperar	6	84.521	-
Imobilizado	8	7.789.530	8.567.602
Imobilizado		20.004.883	19.278.168
(-) Depreciação Acumulada		(12.215.353)	(10.710.566)
Intangível	9	2.841.595	3.361.643
Intangível		6.506.445	6.518.947
(-) Amortização Acumulada		(3.664.850)	(3.157.304)
ATIVO TOTAL		27.456.988	33.015.749

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em reais)

	Nota	2016	2015
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		10.566.171	11.902.810
Fornecedores	10	1.771.100	1.727.323
Salários e obrigações sociais	11	6.779.959	5.972.291
Obrigações sociais - parcelamentos	13	373.719	498.162
Obrigações tributárias	12	1.354.388	1.908.817
Obrigações tributárias - parcelamentos	13	92.621	877.052
Outras obrigações		24.699	-
Dividendos e participações		4.707	7.111
Adiantamentos		164.978	97.285
Impostos e contribuições diferidos	14	-	814.769
NÃO CIRCULANTE			
		1.600.835	2.166.622
Obrigações tributárias - parcelamentos	13	-	481.242
Obrigações sociais - parcelamentos	13	21.550	358.759
Provisão para contingências	15	1.080.673	1.326.621
Tributos diferidos	14	498.612	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		15.289.982	18.946.317
Capital social	16	16.286.425	16.243.157
Reserva legal		827.726	827.726
Lucro/Prejuízos acumulados	17	(1.824.169)	40.864
Ajuste de exercícios anteriores	17	-	1.834.570
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		27.456.988	33.015.749

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)

	Nota	2016	2015
Receita líquida dos serviços	18	72.185.520	71.665.243
Custos dos serviços prestados		(62.419.543)	(58.595.766)
Lucro bruto		9.765.977	13.069.477
Outras receitas (despesas) operacionais		(17.569.181)	(13.196.400)
Administrativas		(16.297.162)	(15.253.298)
Reversão de Provisões		233.313	862.809
Provisão de Contingências		(1.853.231)	-
Outras Receitas (Despesas)		444.161	1.975.646
Despesas tributárias		(96.262)	(781.557)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(7.803.204)	(126.923)
Resultado líquido das receitas (despesas) financeiras		1.097.176	174.999
Receitas Financeiras	19	1.934.075	1.129.688
Despesas Financeiras	19	(836.899)	(954.689)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos tributos		(6.706.028)	48.075
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(6.706.028)	48.075
Lucro (prejuízo) líquido por ação	16	(0,41176)	0,00296

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

	Capital social	Reserva legal	Lucro/prejuízo do exercício	Ajustes de exercícios anteriores	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2014	16.201.703	825.322	39.151	-	17.066.177
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	1.834.570	1.834.570
Capitalização do lucro do exercício de 2014	39.151	-	(39.151)	-	-
Capitalização de dividendos do exercício de 2014	2.303	-	-	-	2.303
Lucro líquido do exercício	-	-	48.075	-	48.075
Reserva legal	-	2.404	(2.404)	-	-
Dividendos	-	-	(2.404)	-	(2.404)
Participação de empregados	-	-	(2.404)	-	(2.404)
SALDOS EM 31/12/2015	16.243.157	827.726	40.864	1.834.570	18.946.317
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	3.047.289	3.047.289
Capitalização do lucro do exercício de 2015	40.864	-	(40.864)	-	-
Capitalização de dividendos do exercício de 2015	2.404	-	-	-	2.404
Lucro líquido do exercício	-	-	(6.706.028)	-	(6.706.028)
Transferência para lucros-conf. CPC nº 23	-	-	4.881.859	(4.881.859)	-
SALDOS EM 31/12/2016	16.286.425	827.726	(1.824.169)	-	15.289.982

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo Inicial de Lucros	17	1.875.434	39.151
(+/-) Ajustes de exercícios anteriores		3.047.289	1.834.570
(+/-) Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(6.706.028)	48.075
(-) Destinações do lucro		(40.864)	(46.362)
(-) Reservas		-	(2.404)
(-) Dividendos		-	(2.404)
(-) Participação dos empregados		-	(2.404)
(-) Capitalização do lucro do exercício 2014		-	(39.151)
(-) Capitalização do lucro do exercício 2015		(40.864)	-
(=) Saldo Final de Lucros e Prejuízos Acumulados		(1.824.169)	1.875.434

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)

	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro ou (prejuízo) líquido do exercício	(6.706.028)	48.075
Depreciações e amortizações	2.012.333	2.853.852
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.853.231	-
Provisões para contingência	(245.948)	(2.036.712)
Lucro líquido ajustado	(3.086.412)	865.215
Aumento (redução) nas contas do ativo	4.443.944	1.488.271
Contas a receber	6.296.890	801.583
Adiantamentos	(33.711)	202.712
Outros ativos	(1.819.235)	483.976
Aumento (redução) nas contas do passivo	1.390.811	(5.803.312)
Fornecedores	43.777	(5.013.525)
Salários e obrigações sociais	807.668	995.817
Obrigações tributárias	(554.429)	(1.095.900)
Parcelamentos a pagar	(1.727.325)	(711.806)
Impostos e contribuições diferidas	(316.157)	43.531
Outros passivos	89.988	(62.296)
Receitas diferidas	-	(1.793.703)
Ajuste de Exercícios Anteriores	3.047.289	1.834.570
Geração (utilização) operacional de caixa	2.748.343	(3.449.826)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Movimentação líquida do imobilizado e intangível	(714.213)	(1.115.206)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(714.213)	(1.115.206)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de Capital com Dividendos	2.404	2.303
Caixa Líquido das atividades de financiamentos	2.404	2.303
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	2.036.534	(4.562.729)
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	132.831	4.695.560
Caixa e equivalente caixa no final do exercício	2.169.365	132.831
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	2.036.534	(4.562.729)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Informática de Municípios Associados S/A é uma sociedade anônima de economia mista, constituída nos termos da Lei Municipal nº 4.635, de 09 de julho de 1.976, tendo como acionista controlador a Prefeitura Municipal de Campinas, com 99,83%, tem como finalidade a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, Telecomunicações, Serviços Gráficos e pela Imprensa Oficial do Município de Campinas, oferecendo soluções em estreita parceria com a administração pública, na busca de melhores resultados na gestão de serviços públicos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1000, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicadas às pequenas e médias empresas (PMEs).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico

2.3. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que exigem que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, estão incluídas na nota explicativa nº 14 – provisões para contingências processos trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios anteriores.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

3.1. Clientes – Registrados pelas respectivas transações na data de sua ocorrência, ou seja, pelo regime de competência.

3.2. Estoques – Avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, inferiores ao valor de mercado.

3.3. Imobilizado – Avaliado pelo custo de aquisição. As depreciações foram calculadas pelo método linear com base em taxas que consideram a vida útil econômica estimada dos bens.

3.4. Teste de Impairment – O processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade consubstanciou a obrigatoriedade da realização do teste de impairment no Brasil, através do pronunciamento técnico CPC 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários através da Deliberação nº 527, que trata do teste de recuperabilidade de ativos. Esta norma determina que quando constatado que um ativo, ou grupo de ativos, está registrado por um valor superior aos benefícios que ele pode proporcionar deve-se reconhecer uma perda no resultado do exercício.

3.5. Segregação entre Circulante e Não Circulante – As operações com vencimentos inferiores a 360 dias estão registradas no circulante e as com vencimentos superiores no não circulante.

3.6. Apuração do resultado – As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

3.7. Eventos subsequentes – Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

3.8. Capital Social

Capital Social composto por ações ordinárias. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos como passivo até a definição em Assembleia Geral Ordinária, quanto à distribuição aos acionistas ou incorporação ao capital social da empresa.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	2.154.238	3.796
Aplicações financeiras:		
Banco Brasil - Aplicação BB200 (i)	-	129.035
Banco Brasil - Aplicação BB Supremo (ii)	15.127	-
	<u>2.169.365</u>	<u>132.831</u>

As aplicações financeiras são representadas por:

(i) BB Renda Fixa Curto Prazo 200

Fundo de investimento (FIs), com cotas aplicadas em títulos públicos federais e privados, prefixados ou pós fixados, indexados à CDI/Selic.

(ii) BB Curto Prazo Supremo Setor Público

Fundo de renda fixa, indicado para o setor público, com liquidez e rentabilidade diárias, indexados à CDI/Selic.

5. CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

5.1 Clientes

Os principais clientes da IMA são:

Clientes	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Centrais de Abastecimento de Campinas	10.093	14.684
Companhia de Habitação Popular de Campinas	3.025	3.419
Empresa Municipal Desenvolvimento de Campinas	34.144	4.802
Fundação José Pedro Oliveira	2.779	1.603
Prefeitura Municipal de Campinas	11.848.642	11.144.983
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento	59.516	18.732
Companhia de Processamento Dados de Porto Alegre	9.761	-
Hospital Municipal Doutor Mário Gatti	85.307	41.173
Serviços Técnicos Gerais	346.289	416.852
Demais Valores	109.354	197
	<u>12.508.910</u>	<u>11.646.445</u>
(-) Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.853.231)	-
	<u>10.655.679</u>	<u>11.646.445</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

5.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

No exercício de 2016, foram constituídos valores de provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os títulos vencidos há mais de 90 (noventa) dias, traduzindo o real valor de seus ativos, conforme CPC 46.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

Exercícios	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos					PCLD	Total
		<= 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	> 90 dias			
31/12/15	8.898.990	983.130	1.366.377	397.948	-	-	11.646.445	
31/12/16	6.990.627	2.025.052	1.138.356	501.644	1.853.231	(1.853.231)	10.655.679	

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

Tributos e Contribuições a recuperar e a restituir	2016	2015
Cofins	8.888	610
PIS	1.926	391
IRPJ	-	298.115
CSLL	19.925	151.202
IRRF	25.026	1.623
ICMS	117.744	1.687
Soma:	173.509	453.628
Tributos a restituir (I)	2.907.823	909.180
	3.081.332	1.362.808
Circulante	2.996.811	1.362.808
Não Circulante	84.521	-

(I) Tributos a restituir refere-se a créditos extemporâneos de 2011 a 2015, levantados com base na reversão da adição das despesas de PIS e de COFINS diferidas, conforme determina o art. 7º da Lei 9.718/98, bem como levantamento sobre bases negativas do IRPJ e da CSLL.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

7.1 – Prefeitura Municipal de Campinas

O reconhecimento das receitas faturadas e a faturar em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são assim compostas:

Cientes - Parte Relacionada	2016	2015
Prefeitura Municipal de Campinas		
Serviços faturados e pendentes de recebimento	5.637.601	6.449.637
Serviços a faturar (i)	6.211.041	4.695.345
	11.848.642	11.144.983

(i) Reconhecimento dos serviços prestados das competências de dezembro 2016 e 2015.

A composição com partes relacionadas são:

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Receitas	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Prefeitura Municipal de Campinas	11.848.642	11.144.983	-	-	78.243.029	77.608.351
Prefeitura Municipal de Campinas (Acordo)	-	1.438.092	-	5.512.687	-	-
Demais Empresas/Entidades Municipais	660.268	501.462	-	-	2.922.897	3.194.124
	12.508.910	13.084.537	-	5.512.687	81.165.926	80.802.475
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.853.231)	-	-	-	-	-
	10.655.679	13.084.537	-	5.512.687	81.165.926	80.802.475

7.2 Termo de Compromisso de Pagamento de Dívida da Prefeitura Municipal de Campinas para com a Informática de Municípios Associados S.A. – IMA.

Iniciamos o exercício de 2016 com saldo de R\$ 1.438.092 no ativo circulante, equivalente a doze parcelas do Termo de Compromisso de Pagamento de Dívida da Prefeitura Municipal de Campinas para com a Informática de Municípios Associados S.A. - IMA, firmado em 2013, mais o saldo de R\$ 5.512.687 no ativo não circulante, perfazendo o montante da dívida em 01 de janeiro de 2016 de R\$ 6.950.779. As parcelas referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2015 foram quitadas, conforme termo. Em março de 2015 através do Ofício DP 069/2015 de 13/05/15, a IMA pleiteou adiantamento de 24 (vinte e quatro) parcelas do acordo, devido dificuldades de fluxo de caixa para honrar compromissos assumidos com a aquisição do Data Center.

A Prefeitura de Campinas, através do protocolado 15/10/14955 PG aceitou o adiantamento de 15 (quinze) parcelas, referente ao período de abril/2015 a junho/2016, com desconto linear de 10%, ou seja, 15 parcelas x R\$ 239.682,04 = R\$ 3.595.230,60 x 10% = R\$ 359.523,06 resultando no valor líquido pago antecipadamente de R\$ 3.235.707,54. Com a retomada dos pagamentos mensais somente em 28 de julho de 2016.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

Em 23 de novembro de 2016, através do Ofício DP nº 200/16, a IMA formalizou junto a Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Campinas o pedido de antecipação das parcelas vincendas do referido Termo de Acordo. Através do Ofício datado de 28 de novembro de 2016, o pedido foi aceito pela Secretaria Municipal de Finanças, com desconto no valor de R\$ 418.842,24, com base na aplicação do índice IPC-FIPE de 7,62% acumulado de 12 meses até o mês de outubro de 2016. Em 20 de dezembro de 2016, a IMA emitiu a Certidão de Quitação de Débitos no valor líquido de R\$ 5.573.208,75.

Assim, os fluxos de pagamentos desde o início da vigência do Termo foram:

Acordo firmado	14.375.240
Recebimento 2013	234.000
Recebimento 2014	2.876.184
Recebimento 2015	4.314.277
Recebimento 2016	6.950.779
Saldo em 31/12/2016	-

7.3 Contratos de Prestações de Serviços

A IMA mantém diversos contratos de prestações de serviços firmados com a Prefeitura Municipal de Campinas. Esses contratos representam 96% do total do faturamento anual da IMA, sendo, portanto, seu principal cliente. Os contratos vigentes firmados entre a IMA e a Prefeitura Municipal de Campinas são reajustados anualmente com base no Índice de Preços ao Consumidor – amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

No entanto, diante do cenário econômico brasileiro não favorável nos últimos anos, que atingiu os setores privado e público, causando acentuada queda na arrecadação de tributos de todos os entes públicos, inclusive à Prefeitura Municipal de Campinas. Em 2016 os principais contratos mantidos com a Prefeitura Municipal de Campinas não foram reajustados, sendo fator preponderante que contribuiu para o prejuízo do exercício de 2016 no valor de R\$ 6.706.028.

Os contratos firmados por área de negócios são:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

Contratos de Prestações de Serviços com a PMC

Área de negócio	Contrato	Modalidade	Descrição	Vigência até	Valores médios mensais em reais
Infraestrutura	018/2015 - T.A.005/2016	Storage	Armazenamento de dados	Dez/2017	7.168
	163/2016	Service Desk	Monitoramento e manutenção de serviço AD	Dez/2017	165.000
	164/2016	E-mail	Gestão de e-mail - Contas Individuais/Grupo	Dez/2017	40.000
	165/2016	Hospedagem	Hospedagem sistemas/sites em banco de dados	Dez/2017	493.780
	166/2016	Projetos técnicos	Monitoramento e gerenciamento redes lógicas	Dez/2017	200.000
				Soma:	905.948
Soluções em softwares	006/2015 - T.A.009/2016	Softwares	Desenvolvimento e Suporte de Sistemas	Dez/2017	2.355.000
Telecomunicações	044/2016	Conectividade	Telecomunicação	Dez/2017	599.480
Atendimento ao cidadão	020/2016	Atendimento	Atendimento presencial e teleatendimento	Dez/2016	2.625.585
	133/2016	Atendimento	Digitação de documentos	Jun/2017	327.297
				Soma:	2.952.882
Artes Digitais e Ged	021/2015 - T.A.008/2016	Digitalização	Gerenciamento eletrônico de dados	Dez/2017	243.038
	188/2013 - T.A.127/2015	Artes digitais	Serviços gráficos e publicação Diário Oficial	Set/2017	111.625
				Soma:	354.663
				Total:	7.167.973

7.4 Direitos de Terceiros (Parcelamento SETEC)

Em dezembro de 2015 houve o faturamento de R\$ 660.016 para a SETEC – Serviços Técnicos Gerais, referente ao serviço prestado de desenvolvimento de software. Conforme acordo entre as partes, foi dividido em 19 (dezenove) parcelas mensais consecutivas na importância líquida de retenções das contribuições (PIS, Cofins e CSLL) de R\$ 33.122. Os valores devidos no curto prazo constam na composição do saldo de Clientes (Ativo Circulante), restando receber 10 parcelas no montante de R\$ 331.220.

7.5 Remuneração dos Administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da IMA.

A decisão de todas as operações da IMA é submetida ao Conselho de Administração, à Diretoria ou ao Conselho Fiscal, conforme competências descritas em seu Estatuto Social. Assim, todas as operações, especialmente aquelas com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da IMA a que estavam subordinadas, em conformidade com art. 138 e demais da Lei 6.404/76 e alterações subsequentes, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia é impedido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da IMA.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

A remuneração global anual foi deliberada na reunião da Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de janeiro de 2016 e complementada na reunião da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2016.

O quadro abaixo demonstra a composição da remuneração global bruta definida para os respectivos exercícios:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração dos administradores	1.125.279	1.033.503

Para as remunerações dos administradores não são dadas ou recebidas garantias.

8. IMOBILIZADO

Classes do imobilizado	2016			2015	% taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Instalações	1.920	(1.182)	738	1.120	10%
Móveis e Utensílios	1.810.134	(1.255.325)	554.809	588.718	10%
Máquinas e Equipamentos	2.103.342	(612.457)	1.490.885	1.695.517	10%
Máquinas e Equipamentos-Fibra Óptica	1.074.753	(71.717)	1.003.036	-	10%
Benfeitorias em Bens Terceiros-Fibra Óptica	5.594	(419)	5.175	-	10%
Equipamentos de Informática	14.308.319	(10.015.893)	4.292.426	5.788.958	20%
Benfeitorias em Bens Terceiros	505.477	(63.016)	442.461	493.289	20%
Veículos	195.344	(195.344)	-	-	20%
	<u>20.004.883</u>	<u>(12.215.353)</u>	<u>7.789.530</u>	<u>8.567.602</u>	

A IMA efetuou o teste de *impairment*, conforme determina o pronunciamento técnico CPC 01, visando identificar se algum de seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica relevante. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos, asseguram que estão registrados contabilmente por valores que não excedem seus valores de recuperação, não sendo necessário ajustes de perdas por desvalorização.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Classes do Imobilizado	2015	Movimentação do exercício			2016
	Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação	Líquido
Instalações	1.120			(382)	738
Móveis e Utensílios	588.718	64.517	(206.322)	107.896	554.809
Máquinas e Equipamentos	1.695.517	3.786	(8.320)	(200.098)	1.490.885
Máquinas e Equipamentos-Fibra Óptica	-	1.236.729	(161.976)	(71.717)	1.003.036
Benfeitorias em Bens Terceiros-Fibra Óptica	-	5.594	-	(419)	5.175
Equipamentos de Informática	5.788.958	388.937	(596.230)	(1.289.239)	4.292.426
Benfeitorias em Bens Terceiros	493.289			(50.828)	442.461
	8.567.602	1.699.563	(972.848)	(1.504.787)	7.789.530

9. INTANGÍVEL

Classe do intangível	2016			2015	% taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Programas de computadores	6.506.445	(3.664.850)	2.841.595	3.361.643	20%
	6.506.445	(3.664.850)	2.841.595	3.361.643	

Síntese da movimentação do ativo intangível:

Classe do Intangível	2015	Movimentação do exercício			2016
	Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização	Líquido
Programas de computadores	3.361.643	18.475	(30.977)	(507.546)	2.841.595
	3.361.643	18.475	(30.977)	(507.546)	2.841.595

A IMA também realizou teste de *impairment* nos ativos intangíveis e estão registrados por valor inferior à sua recuperabilidade e, portanto, não sendo necessário ajustes de perdas por desvalorização em atendimento ao pronunciamento contábil CPC-04.

10. FORNECEDORES

	2016	2015
Fornecedores	1.771.100	1.727.323

São principalmente, prestadores de serviços para manutenção de acessos à internet, serviços de telefonia, licenças e manutenções de softwares, banco de dados, data-center e aluguel do imóvel sede da IMA.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

No exercício de 2014, iniciamos com o saldo a pagar de fornecedores no montante de R\$ 6.740.848, sendo a maior parte desse valor relacionado com o “Projeto Data Center”. Devido a dificuldades de fluxo de caixa, os pagamentos foram liquidados no 1º quadrimestre de 2015, com as incidências de juros e multa previstas em contrato. Em 31 de dezembro de 2016, nenhum fornecedor está em atraso, apenas compromissos vincendos em 2017.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

A composição das obrigações sociais são:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários	-	-
Rescisões	343.111	-
Pensão alimentícia	3.411	3.283
INSS	752.842	755.315
FGTS a recolher	476.189	309.705
Provisão de férias	3.824.554	3.602.563
Provisão de INSS sobre férias	1.069.383	1.007.313
Provisão de FGTS sobre férias	305.964	288.205
Demais obrigações sociais	4.505	5.907
Total	<u>6.779.959</u>	<u>5.972.291</u>

Os saldos de 2016, referem-se a compromissos vincendos em 2017.

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IRPJ	78.572	448.262
CSLL	29.299	202.760
PIS	75.430	51.678
COFINS	385.396	271.290
IRRF	549.703	434.187
ISSQN	8.876	15.729
INSS PJ	12.998	10.771
ICMS	120.706	381.404
FUST	5.042	12.729
FUNTELL	2.521	6.365
Multas e Juros	85.845	73.642
Total	<u>1.354.388</u>	<u>1.908.817</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

A IMA obteve da Receita Federal vários pedidos autorizados para compensação de tributos e contribuições. A seguir as modalidades dos tributos que foram compensados nos exercícios de 2016 e 2015:

Modalidades	Valores compensados	
	2016	2015
IRPJ	-	176.421
CSLL	-	74.980
PIS	305.149	473.465
COFINS	1.060.240	950.679
Previdenciárias	1.185.841	-
Parcelamento Lei nº 11.941/2009	371.063	348.692
	2.922.293	2.024.237

13. PARCELAMENTOS A PAGAR

	2016	2015
INSS	395.269	856.921
PIS	-	23.671
COFINS	-	109.251
IRPJ	92.621	592.253
CSLL	-	141.875
Lei 11.941/2009	-	491.244
Total	487.890	2.215.215
Circulante	466.340	1.375.214
Não Circulante	21.550	840.001

As parcelas de número 062/160 a 110/160 do parcelamento (Lei nº 11.941/2009), foram compensadas através dos seguintes processos de restituição administrados pela Receita Federal do Brasil:

Número do Processo	Data de Valoração	Valor Original	Atualização Monetária	Valor do Crédito
10830.905.591/2015-89	23/06/2016	16.290,56	10.165,30	26.455,86
10830.905.001/2015-18	12/08/2016	55.686,08	36.429,83	92.115,91
10830.905.003/2015-15	12/08/2016	41.351,42	26.741,96	68.093,38
10830.905.599/2015-45	12/08/2016	25.695,75	16.414,44	42.110,19
10830.905.595/2015-67	12/08/2016	20.855,73	11.702,15	32.557,88
10830.905.000/2015-73	15/08/2016	18.221,44	11.920,46	30.141,90
10830.905.592/2015-23	15/08/2016	15.677,87	10.015,02	25.692,89
10830.905.597/2015-56	15/08/2016	12.080,00	7.094,58	19.174,58
10830.905.594/2015-12	15/08/2016	9.463,76	5.646,07	15.109,83
10830.905.593/2015-78	15/08/2016	6.771,51	4.094,73	10.866,24
10830.905.596/2015-10	15/08/2016	5.538,89	3.205,35	8.744,24
Total amortizado por compensação		227.633,01	143.429,89	371.062,90

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

De acordo com a IN RFB nº 1300/2012 artigo 66, as compensações contemplarão o período de 08/2016 a 09/2020.

“Art. 66. A compensação de ofício de débito objeto de parcelamento será efetuada, sucessivamente:

I - na ordem crescente da data de vencimento das prestações vencidas; e

II - na ordem decrescente da data de vencimento das prestações vincendas.”

Fonte: IN RFB 1300/2012.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	2016	2015
COFINS diferida - exercícios anteriores	-	266.984
PIS diferido - exercícios anteriores	-	57.847
COFINS diferida - exercício 2016	409.819	-
PIS diferido - exercício 2016	88.793	-
COFINS diferida - exercício 2015	-	402.689
PIS diferido - exercício 2015	-	87.249
Total	498.612	814.769
Circulante	-	814.769
Não Circulante	498.612	-

Os impostos e contribuições diferidos foram calculados sobre o faturamento com a Prefeitura Municipal de Campinas e não recebidas até a data do balanço. O diferimento de tais contribuições decorre da Lei nº 9.718/1998 art. 7º.

“No caso de construção por empreitada ou de fornecimento a preço predeterminado de bens ou serviços, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, o pagamento das contribuições de que trata o art. 2º desta Lei poderá ser diferido, pelo contratado, até a data do recebimento do preço.”

Fonte: Lei nº 9.718/1998, artigo 7º.

Tributos definidos como diferidos, foram contabilizados de acordo com o CPC 32, Tributos sobre o Lucro.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA PERDAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

	Ativo não circulante		Contingências			
			Prováveis		Possíveis e remotas	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ações trabalhistas	286.111	167.811	1.078.215	1.309.171	2.720.937	5.453.490
Ações cíveis	461.056	456.973	2.458	-	7.176.085	7.447.085
	747.167	624.784	1.080.673	1.309.171	9.897.022	12.900.575

Movimentação

contingências prováveis	2015	Adições	Baixas	Reversões	2016
Ações trabalhistas	1.309.171	249.295	(245.631)	(234.620)	1.078.215
Ações cíveis	-	2.458	-	-	2.458
Total	1.309.171	251.753	(245.631)	(234.620)	1.080.673

Conforme CPC 25, o contingenciamento do passivo de processos trabalhistas, cíveis e tributários passou por análise entre provisão e passivo contingente.

A IMA está envolvida em alguns processos trabalhistas e cíveis. A administração da empresa entende que o montante das provisões é suficiente para a cobertura de eventuais perdas, conforme opinião da área jurídica da empresa.

16. CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é composto por ações nominativas, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	2016		2015	
	Qtd. Ações	%	Qtd. Ações	%
Prefeitura Municipal de Campinas	16.258.536	99,829%	16.215.342	99,829
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.	9.416	0,058%	9.391	0,058
Companhia de Habitação Popular de Campinas	7.155	0,044%	7.136	0,044
Hospital Municipal Doutor Mário Gatti	7.155	0,044%	7.136	0,044
Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas	3.734	0,023%	3.724	0,023
Outros	429	0,003%	428	0,002
Total	16.286.425	100,000	16.243.157	100,000

O Estatuto Social, em seus artigos 36 e 37, determina o seguinte:

“ Art 36 – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para Imposto de Renda...”.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

“Art. 37 – Realizadas as necessárias amortizações previstas no artigo anterior, do lucro líquido apurado serão deduzidos:

I - 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir o limite máximo estabelecido por Lei;

II – 5% (cinco por cento) para distribuição aos empregados a título de Participação nos Lucros e Resultados da Sociedade;

III - 5% (cinco por cento) como dividendo mínimo obrigatório;

§ 1º - Poderá a Diretoria Executiva propor ao Conselho de Administração para deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a destinação do saldo remanescente ao lucro líquido do exercício, podendo esta deliberar distribuí-los aos acionistas ou incorporá-lo ao capital social da empresa.”.

No exercício de 2016 a empresa teve prejuízo líquido de R\$ 6.706.028 e no exercício de 2015 a empresa obteve lucro líquido de R\$ 48.075.

O quadro abaixo demonstra as destinações do lucro do exercício de 2015 e a composição do prejuízo acumulado em 2016.

Prejuízo do exercício e acumulado em 31/12/2016		Destinações do lucro líquido de 2015	
Prejuízo do exercício	(6.706.028)	Lucro Líquido antes das destinações	48.075
Ajustes de exercícios anteriores	4.881.859	Reserva Legal (5%)	2.404
Prejuízo acumulado	(1.824.169)	Dividendos propostos (5%)	2.404
		Distribuição aos empregados (5%)	2.404
		Lucro à disposição AGO	40.864

17. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

De acordo com o CPC – Comitê de Pronunciamento Contábil nº 23, item 41, os ajustes de exercícios anteriores foram decorrentes de base de cálculo negativa de tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Tributos e Contribuições	Competências	2016	2015
Cofins	2010 e 2011	-	541.881
PIS	2010 e 2011	-	120.829
IRPJ	2012 a 2015	2.183.349	701.990
CSLL	2012 a 2015	627.958	444.467
Desoneração INSS	2011 e 2012	235.982	-
Fornecedor - Braserv	2010	-	25.403
Soma		3.047.289	1.834.570
Total acumulado ajustes de exercícios anteriores		4.881.859	1.834.570

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)**

Em decorrência do prejuízo do exercício de 2016, o saldo credor da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, no valor de R\$ 4.881.859, foi transferido para a conta Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido, conforme demonstrado na nota explicativa 16.

18. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta	81.165.926	80.802.475
(-) Deduções (Tributos, descontos e cancelamentos)	(8.980.406)	(9.137.232)
Receita líquida	<u>72.185.520</u>	<u>71.665.243</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Tarifas bancárias	(10.445)	(9.631)
Descontos concedidos - Prefeitura Munic. de Campinas	(425.541)	(363.751)
Juros de mora - fornecedores	(52.245)	(129.322)
Multas de mora - fornecedores	-	(38.700)
Juros de mora - tributos e contribuições	(28.373)	(13.506)
Multas de mora - tributos e contribuições	(183.407)	(16.957)
Impostos sobre operações financeiras	(32.414)	(62.406)
Variação monetária passiva	(10.153)	-
Variação monetária impostos	(94.321)	(320.417)
Total das despesas financeiras	<u>(836.899)</u>	<u>(954.690)</u>
Receita sobre aplicação financeira	209.668	108.770
Descontos obtidos (a)	375.328	448.778
Variação monetária ativa (b)	1.349.079	572.141
Total das receitas financeiras	<u>1.934.075</u>	<u>1.129.689</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.097.176</u>	<u>174.999</u>

(a) Os principais descontos foram referentes ao contrato de aluguel do imóvel e com a fornecedora dos vales refeição e alimentação.

(b) São decorrentes, principalmente, sobre os tributos a recuperar.

* * *

DIRETORIA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E CONTADORA

Diretoria

Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnero
Diretor Presidente

Mário Armando Gomide Guerreiro
Diretor Administrativo e Financeiro

Leandro Telles Salgueiro Barboni
Diretor Técnico

Conselho de Administração

Michel Abrão Ferreira
Presidente

Silvio Roberto Bernardin
Membro

Paulo Sérgio de Andrade
Membro

Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnero
Membro

Sebastião Sérgio Buani dos Santos
Membro

Conselho Fiscal

Tarcísio Galvão de Campos Cintra
Membro

José Homero Silingardi
Membro

Alexandre Eugênio Serpa
Membro

Contadora

Ana Maria Cardoso de Oliveira Moraes
CRC-SP 1SP248339/0-1